

PROCESSO: TCE-RJ Nº 214.876-9/2025
ORIGEM: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
ASSUNTO: DENÚNCIA

DENÚNCIA, COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA, EM FACE DE EDITAL DE LICITAÇÃO QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA, REFERENTE À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA ÚNICA PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO MUNICÍPIO. ALEGAÇÕES QUANTO A DIVERSAS IRREGULARIDADES.

VOTO QUE ABARCA TAMBÉM, POR CONEXÃO, OUTRAS DUAS REPRESENTAÇÕES (PROCESSO TCE RJ Nº 215.064-5/2025 E 215.867-5/2025) AFORADAS EM FACE DO MESMO EDITAL. IMPUGNAÇÃO QUANTO A EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL, COM EXCESSIVO DETALHAMENTO DE ESPECIFICIDADES E POTENCIAL PARA RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE DO CERTAME.

RETORNO DE OITIVA PRÉVIA DOS INTERESSADOS. ELEMENTOS DE RESPOSTA ENVIADOS PELO JURISDICIONADO QUE NÃO AFASTAM, INTEGRALMENTE, AS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO REPRESENTANTE.

CONHECIMENTO DA DENÚNCIA. INDEFERIMENTO DA TUTELA REQUERIDA NA DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA DOS ASPECTOS DENUNCIADOS, COMUNICAÇÃO AO DENUNCIANTE PARA CIÊNCIA E ANEXAÇÃO AO TCE RJ 215.064-5/2025.

CONHECIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES. DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA. COMUNICAÇÃO AO JURISDICIONADO PARA APRESENTAR ESCLARECIMENTOS, EM COGNIÇÃO EXAURIENTE. COMUNICAÇÃO AOS REPRESENTANTES PARA CIÊNCIA.

Cuida-se de **Denúncia, com PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA**, formulada por cidadão devidamente qualificado nos autos e pelo Sr. Maicon Gonçalves da Silva, detentor de mandato eletivo na Câmara Municipal de Nova Friburgo para a legislatura

2025/2028, em face de possíveis irregularidades contidas no Edital de Pregão Eletrônico 90.041/2025 (Processo nº 22.829/2023), do tipo menor preço global por lote, deflagrado pela Prefeitura de Nova Friburgo, com valor estimado em R\$38.781.244,71.

Inicialmente agendado para o dia 07/05/2025, o certame foi remarcado para 26/05/2025, encontrando-se com a informação de “*status: aberta*” no endereço eletrônico municipal¹.

É de ser registrado, por relevante, que apensadas a esta denúncia tramitam duas representações aforadas neste Tribunal em face do mesmo edital, que constituem objeto dos processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025. **Por esta razão, invoco o princípio da conexão processual, de que trata o artigo 55 do Código de Processo Civil, aplicável no âmbito desta Corte, nos termos do art. 8º, parágrafo único de seu Regimento Interno, para exarar decisão única aproveitando os três processos.**

O certame em questão trata da *“contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana, referente à locação e manutenção de uma única plataforma integrada de gestão de estacionamento rotativo, compreendendo (1) parquímetros multivaga e multisserviço; (2) aplicativo para smartphone – módulo usuário, (3) portal “web”, (4) terminal de autoatendimento para ponto de venda (pdv), (5) fiscalização embarcada veicular com câmeras e leitura de placas, (6) software de fiscalização manual de uso de vagas, (7) software integrador de gestão, e (8) demais equipamentos, serviços e suporte à operação estacionamento rotativo nas vias públicas da cidade de NOVA FRIBURGO/RJ, pelo período de 05 (cinco) anos.”*

De acordo com o que se encontra descrito na peça vestibular desta denúncia, o citado instrumento convocatório possui irregularidades que o inquinam com pecha de

¹ Conforme consulta realizada em 27/07/2025:

<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/index.php?idEntidadeLicitacao=&idStatusLicitacao=&idModalidade=11&dataAberturaInicio=&dataAberturaFim=&ano=2025&numero=90041&objeto=&pesquisaAvancada=1>.

ilegalidade, além de representar afronta ao princípio da economicidade, em razão das seguintes supostas irregularidades:

(i) não houve ampla divulgação das audiências públicas, em afronta aos princípios republicanos da transparência e publicidade, cristalizados no art. 37, caput da CRFB/88, bem como ao estabelecido no art. 9º² da Lei 13.460/2017³;

(ii) não há justificativas para o modelo de locação adotado, pois, conforme se afirma, *“não consta do processo qualquer estudo técnico que compare o custo da locação com a aquisição dos equipamentos ou com outros modelos mais vantajosos, como a concessão onerosa com compartilhamento de receita”,* o que, em seu entendimento, caracterizaria *“afronta ao princípio da economicidade (art. 70 da CF/88; art. 2º da Lei nº 8.666/93 ou art. 11 da Lei nº 14.133/21), além do dever de motivação e justificativa dos atos administrativos com impacto orçamentário relevante”;*

(iii) *“o certame em análise não apresenta compatibilidade clara com os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 12.587/2012, notadamente quanto à exigência de integração com um Plano de Mobilidade Urbana vigente, que é condição essencial para a implementação de qualquer política pública de mobilidade urbana de acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana”;*

(iv) a licitação combatida representa *“afronta à Lei Orgânica Municipal (Lei Orgânica Municipal — Câmara Municipal de Nova Friburgo), especialmente ao art. 133, que exige a vinculação das receitas oriundas da exploração de espaços públicos - como no caso do estacionamento rotativo - ao Fundo Municipal de Mobilidade Urbana ou a outra destinação pública específica, o que não se encontra claramente previsto nos documentos do certame”;*

² Art. 9º Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos.

³ Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

(v) “não consta nos anexos técnicos qualquer análise de impacto econômico ou social da implantação do estacionamento rotativo, especialmente quanto aos efeitos sobre o comércio local, sobre os moradores de bairros afetados sem garagem e sobre a população economicamente vulnerável”, acrescentando, ainda, que a “ausência desses dados compromete a avaliação real do interesse público”;

(vi) não foram estabelecidas “diretrizes claras quanto à reserva de vagas e à gratuidade de cobrança para pessoas com deficiência, idosos e veículos de saúde, o que viola diretamente dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (art. 181, XVII), do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)”; e,

(vii) “o modelo ora proposto atribui a empresas privadas a execução de atos típicos de poder de polícia administrativa, como a aplicação de multas e autuações, sem que haja previsão legal específica para tanto, o que representa possível violação ao princípio da indelegabilidade das funções indeclináveis do Estado.”

Além das supostas irregularidades indicadas pelo Denunciante, o titular da representação que tramita nos autos do processo TCE-RJ nº 215.064-5/2025 (apensada ao presente), sugere a existência de outras, senão vejamos:

(i) a exigência de comprovação de experiência anterior, para efeitos de qualificação técnica-operacional dos licitantes, estabelecida nos itens 19.3, 19.4 e 19.4.11 do edital, mediante demonstração, em atestados, de execução de 50% dos itens eleitos como parcelas de maior relevância técnica, constitui restrição indevida, destacando, ainda, que a previsão editalícia favorece o direcionamento da “licitação para um grupo extremamente reduzido de participantes. Essa exigência contraria o princípio fundamental do processo licitatório, que é garantir a proposta mais vantajosa para a administração pública.”;

(ii) a ausência da “matriz de risco neste edital não apenas contraria a legislação vigente, mas também compromete a transparência e a isonomia do certame, favorecendo incertezas quanto às obrigações e riscos assumidos pelas partes.”

Acresça-se, ainda, as supostas irregularidades indicadas pela empresa MOBITT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, na representação de que cuida o processo TCE-RJ nº 215.867-5/2025, abaixo descritas:

(i) ilegalidade da exigência de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica no CREA/CAU, prevista no item 19.3 do edital de Pregão Eletrônico 90041/2025, em suposta afronta ao estabelecido no art. 37, inciso XXI da CRFB/88 e no art. 5º da Lei 14.133/2021; e,

(ii) possível exorbitância e especificidade excessiva dos itens eleitos como parcelas de maior relevância técnica, estipulado no item 19.4.1 do edital, em afronta ao estabelecido no art. 67, inc. II da Lei 14.133/2021, alegando, ainda, que a referida irregularidade favorece o direcionamento da disputa.

A denúncia em exame (processo principal), foi distribuída inicialmente ao então Conselheiro José Maurício de Lima Nolasco, em 05/05/2025, que levou em consideração a densidade dos argumentos articulados e a magnitude dos valores envolvidos na contratação e, na forma do art. 149, §1º do RITCERJ, **reputou prudente a oitiva prévia do Representado**, como forma de reunir elementos imprescindíveis para melhor juízo sobre o tema. Confira-se, por oportuno, os termos da decisão monocrática de 06/05/2024, *in verbis*:

I. Por DETERMINAÇÃO à laboriosa Coordenadoria Geral de Gestão Documental – CGD-E, para que adote as providências de estilo com vista à conversão do presente feito em Denúncia, com o consequente levantamento do caráter sigiloso do processo, com arrimo no parágrafo único do art. 105 do RITCERJ, à exceção das informações e dados que indiquem a autoria do cidadão signatário da peça inaugural, com fincas no caput do aludido dispositivo regimental;

II. Por DETERMINAÇÃO à Secretaria Geral das Sessões – SSE, para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do jurisdicionado, na forma prevista no art. 149, §§ 1º e 7º do Regimento Interno desta Corte, a fim de que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis:

II.a. pronuncie-se acerca das supostas irregularidades suscitadas nesta representação, encaminhando os elementos/documentos que julgar necessários à comprovação da lisura e higidez do

procedimento licitatório questionado neste processo (Edital de Pregão Eletrônico 90041/2025);

II.b. proceda à inserção das informações e documentos relativos ao Pregão Eletrônico 90041/2025 (Processo nº 22.829/2023) no SIGFIS, em obediência ao estabelecido nos arts. 1º e 2º da Deliberação TCERJ nº 312/2020;

III. Pela **COMUNICAÇÃO** aos Representantes, na forma do artigo 15, inc. I do RITCERJ, dando-lhes ciência desta decisão; e,

IV. Pelo posterior **ENCAMINHAMENTO** dos autos à Secretaria Geral de Controle Externo deste Tribunal, com vista à sua distribuição à Coordenadoria competente, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, analise a representação em apreço, sucessivamente, quanto aos pressupostos, requisitos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 107 usque 109 e 111, todos do RITCERJ e, se presentes, quanto ao pedido de tutela provisória, apreciando-a, e, por fim, e caso o estado do processo, justificadamente, assim permitir, também quanto ao mérito, com posterior remessa ao duto Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 151 do RITCERJ.

Encaminhamento semelhante recaiu sobre as representações apensadas ao presente processo, que tramitam nos autos dos processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025, uma vez que, cadastrados nesta Corte, respectivamente, em 06/05/2025 e 14/05/2025, mereceram decisões monocráticas, nos seguintes termos:

Processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025
Decisão de 08/05/2025

I. Por **DETERMINAÇÃO** à Secretaria Geral das Sessões – SSE, para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do jurisdicionado, na forma prevista no art. 149, §§ 1º e 7º do Regimento Interno desta Corte, a fim de que, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, pronuncie-se acerca das supostas irregularidades suscitadas nesta representação, encaminhando os elementos/documentos que julgar necessários à comprovação da lisura e hígidez do procedimento licitatório questionado neste processo (Edital de Pregão Eletrônico 90041/2025);

II. Pela **COMUNICAÇÃO** ao Representante, na forma do artigo 15, inc. I do RITCERJ, dando-lhe ciência desta decisão;

III. Pelo posterior **ENCAMINHAMENTO** dos autos à Secretaria Geral de Controle Externo deste Tribunal, com vista à sua distribuição à Coordenadoria competente, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, analise a representação em apreço, sucessivamente, quanto aos pressupostos, requisitos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 107 usque 109 e 111, todos do RITCERJ e, se presentes, quanto ao pedido de tutela provisória, apreciando-a, e, por fim, e caso o estado do processo,

justificadamente, assim permitir, também quanto ao mérito, com posterior remessa ao duto Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 151 do RITCERJ, e

III. Pela **APENSAÇÃO** deste processo aos autos do processo TCERJ 214.876-9/2025, na forma do art. 237, §2º do RITCERJ, para exame e julgamento conjunto.

Processos TCE-RJ nº 215.867-5/2025
Decisão de 18/06/2025

I. Por **DETERMINAÇÃO** à Secretaria Geral das Sessões – SSE, para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do jurisdicionado, na forma prevista no art. 149, §§ 1º e 7º do Regimento Interno desta Corte, a fim de que, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis:**

I.a. pronuncie-se acerca das supostas irregularidades suscitadas nesta representação, encaminhando os elementos/documentos que julgar necessários à comprovação da lisura e higidez do procedimento licitatório questionado neste processo (Edital de Pregão Eletrônico 90041/2025);

I.b. promova a imediata inserção das informações e documentos pertinentes ao Edital de Pregão Eletrônico 90041/2025 no SIGFIS, em obediência ao estabelecido nos arts. 1º e 2º da Deliberação TCERJ nº 312/2020, **alertando-o**, que o não atendimento, sem justo motivo, poderá sujeitar os responsáveis à aplicação de sanção pecuniária, com arrimo no art. 7º⁴ da Deliberação TCERJ 281/2017 c/c o art. 63, IV da LOTCERJ;

II. Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, na forma do artigo 15, inc. I do RITCERJ, dando-lhe ciência desta decisão;

III. Pelo posterior **ENCAMINHAMENTO** dos autos à Secretaria Geral de Controle Externo deste Tribunal, com vista à sua distribuição à Coordenadoria competente, para que, findo o prazo, com ou sem resposta do Jurisdicionado, analise a representação em apreço, sucessivamente, quanto aos pressupostos, requisitos e critérios previstos, respectivamente, nos artigos 107 *usque* 109 e 111, todos do RITCERJ e, se presentes, quanto ao pedido de tutela provisória, apreciando-a, e, por fim, e caso o estado do processo, justificadamente, assim permitir, também quanto ao mérito, com posterior remessa ao duto Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 151 do RITCERJ; e,

IV. Pela **APENSAÇÃO** deste processo aos autos do processo TCE-RJ nº 214.876-9/2025, na forma do art. 237, §2º do RITCERJ, para exame e julgamento conjunto.

⁴ Art. 7º. O não atendimento injustificado das disposições previstas nesta Deliberação, como a omissão de informações ou o descumprimento dos prazos previstos, bem como o envio de dados falsos, **sujeitará os responsáveis das unidades gestoras às sanções fixadas na Lei Complementar nº 63/90** e demais normas da legislação pertinente, sem prejuízo da sujeição a crimes previstos no Código Penal Brasileiro, passíveis de apurações na forma da Lei.

Parágrafo único. O não atendimento desta norma por qualquer uma das entidades obrigadas implicará restrição para a emissão de certidões na instrução de pleito de operações de crédito.

Em atendimento ao que foi determinado no item II da decisão monocrática de 06/05/2024 (denúncia), bem como no item I das decisões monocráticas de 08/05/2025 e 18/06/2025 (representações), pronunciou-se o Chefe do Executivo Municipal de Nova Friburgo encaminhando documentos e esclarecimentos cadastrados sob o Documento TCERJ 009.462-1/2025 para os itens denunciados, bem como de elementos de respostas para os itens das representações, autuados sob o Documento TCE-RJ nº 010.115-9/2025, nos autos do processo TCERJ 215.064-5/2025; e, Documento TCE-RJ nº 013.338-4/2025, nos autos do processo TCERJ 215.867-5/2025.

Examinando o conteúdo dos documentos enviados e primando pela otimização da análise sobre as demandas que recaem em relação ao mesmo edital de licitação, a laboriosa CAD-MOBILIDADE manifestou-se em 03/06/2025 e 02/07/2025, apresentando seu encaminhamento para os três processos, nos seguintes termos, *ipsis litteris*:

DENÚNCIA – PROCESSO TCE-RJ 214.876-9/2025

I) O **CONHECIMENTO** da presente **DENÚNCIA** por se encontrar revestida de todos os pressupostos de admissibilidade previstos na Deliberação TCE-RJ nº 388/2023;

II) A **NÃO CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA**, tendo em vista a ausência dos pressupostos para concessão da medida cautelar, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano;

III) A **IMPROCEDÊNCIA** da presente Denúncia, quanto ao mérito, considerando a análise efetuada nesta intrução;

IV) A **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO** ao Denunciante e ao Denunciado para que tomem ciência da decisão desta Corte;

V) A **DESAPENSAÇÃO** do Processo TCE-RJ: 215.064-5/2025 destes autos.

VI) A **ANEXAÇÃO** da presente Denúncia ao Processo TCE-RJ: 215064-5/2025;

REPRESENTAÇÃO – PROCESSO TCE-RJ: 215.064-5/2025

I) O **CONHECIMENTO** da presente **REPRESENTAÇÃO** por se encontrar revestida de todos os pressupostos de admissibilidade previstos na Deliberação TCE-RJ nº 338/2023;

II) A **CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** requerida, determinando-se ao Jurisdicionado que suspenda e/ou se abstenha de efetuar qualquer contratação proveniente do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025;

III) A **COMUNICAÇÃO** ao Prefeito do Município de Nova Friburgo, na forma prevista no Regimento Interno, Deliberação TCE-RJ nº 388/2023, para que, no prazo a ser determinado pelo Plenário, se manifeste, de forma exauriente, quanto à impropriedade levantada na presente Representação acerca de eventual restrição de competitividade no bojo do edital de Pregão Eletrônico nº 90.041/2025;

IV) A **CIÊNCIA** à Representante acerca da decisão desta Corte.

REPRESENTAÇÃO - PROCESSO TCE-RJ: 215.864-5/2025

I) O **CONHECIMENTO** da presente **REPRESENTAÇÃO** por se encontrar revestida de todos os pressupostos de admissibilidade previstos na Deliberação TCE-RJ nº 338/2023;

II) A **CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** requerida, determinando-se ao Jurisdicionado que suspenda e/ou se abstenha de efetuar qualquer contratação proveniente do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025;

III) A **COMUNICAÇÃO** ao Prefeito do Município de Nova Friburgo, na forma prevista no Regimento Interno, Deliberação TCE-RJ nº 388/2023, para que, no prazo a ser determinado pelo Plenário, se manifeste, de forma exauriente, quanto às impropriedades levantadas na presente Representação, no bojo do edital de Pregão Eletrônico nº 90.041/2025;

IV) A **CIÊNCIA** à Representante acerca da decisão desta Corte.

Instado a funcionar no feito, o Ministério Público de Contas, representado pelo Ilustre Procurador Eduardo Petry Terra Werneck, endossou integralmente as proposições formuladas pela Unidade Técnica, por intermédio dos Pareceres GP6-EPTW de 05/06/2025 e 02/07/2025.

É O RELATÓRIO.

Preliminarmente, registro tratar-se da **segunda** apreciação dos processos no âmbito desta Corte de Contas, uma vez que, como indicado alhures, no primeiro contato com o feito, o Relator primário decidiu monocraticamente pela oitiva do jurisdicionado, conferindo-lhe a possibilidade de comparecer aos autos e prestar esclarecimentos para os pontos contestados na denúncia e na representação autuada como processo TCE-RJ

nº 215.064-1/2025, assim como me coube, na qualidade de Relator originário do processo TCE-RJ nº 215.864-5/2025, oportunizar ao jurisdicionado a apresentação de contrarrazões para as supostas irregularidades constantes deste último feito.

Portanto, antes de prosseguir para a análise dos itens contestados, atenho-me, inicialmente, ao **juízo de cognoscibilidade** dos processos em apreço, e verifico que a inaugural da denúncia tem como signatário um integrante do Poder Legislativo Municipal e um cidadão, ambos devidamente identificados e qualificados nos autos, razões que me levam a reputar cumpridos os pressupostos de legitimidade exigidos pelo art. 103 do Regimento Interno do TCE (RITCERJ). Em prosseguimento, observo que a matéria denunciada é de competência do TCE, refere-se a administrador sujeito à sua jurisdição e está redigida em linguagem clara, além de atender aos demais requisitos de admissibilidade exigidos pelo Art. 104 do RITCERJ.

Da mesma forma, verifico que as representações foram apresentadas por pessoas jurídicas, que se enquadram dentre aquelas legitimadas pelo inc. VI do art. 108, encontrando-se, ainda, presentes todos os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 109, ambos do RITCERJ.

Pelas razões expostas, a exemplo do encaminhamento dado pela Unidade Técnica, com a aquiescência do Ministério Público de Contas, **deliberar pelo conhecimento é, pois, medida que se impõe** tanto para a denúncia (TCE-RJ nº 214.876-9/2025), quanto para as representações apensadas ao presente processo (TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025).

Além disso, evidencio, ainda, que tanto a denúncia quanto as representações apensadas atendem aos critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade a que alude o art. 111 do RITCERJ, viabilizando, neste espectro, o prosseguimento do feito com vista aos exames subjacentes (*cautelar e de mérito*), cujo embate envolve, sucintamente, um conjunto de supostas irregularidades, que, segundo os peticionários, resultariam em restrição à competitividade, bem como em contratação desvantajosa para a Administração.

Feitos tais inarredáveis apontamentos preambulares, considerando todos os documentos reunidos aos autos, volto-me à apreciação dos processos à luz dos questionamentos que movem esta denúncia e as representações em apenso, da respectiva análise técnica realizada pelo operoso Corpo Instrutivo deste Tribunal, do disciplinamento jurídico incidente à hipótese, bem como da jurisprudência desta Corte e do TCU acerca da matéria, tomando por referência as decisões monocráticas de 06 e 08/05/2025, bem como de 18/06/2025, por meio das quais o jurisdicionado foi convocado para prestar esclarecimentos.

Nesse fio condutor, para melhor compreensão acerca do encaminhamento e respectiva deliberação por parte deste Tribunal de Contas, passarei ao exame individualizado de cada um dos tópicos objeto da última decisão monocrática adotada para cada um dos processos, consolidando, neste desiderato, as respostas enviadas pelas autoridades municipais, bem como a análise levada a efeito pela Unidade Técnica.

Nessa dinâmica, o presente relatório encontra-se dividido em quatro tópicos, sendo **o primeiro**, relativo às supostas irregularidades tratadas na denúncia (214.876-9/25); **o segundo**, pertinente às alegadas irregularidades tratadas na representação TCE-RJ nº 215.064-5/25; **o terceiro**, relativo às possíveis irregularidades questionadas no processo TCE-RJ nº 215.867-5/2025 e, por fim, **o quarto**, concernente às considerações em sede de relatoria.

- I -

SUPOSTAS IRREGULARIDADES TRATADAS NA DENÚNCIA TCE RJ Nº 214.876-9/25

(i) não houve ampla divulgação das audiências públicas, em afronta aos princípios republicanos da transparência e publicidade, cristalizados no art. 37, caput da CRFB/88, bem como ao estabelecido no art. 9º da Lei 13.460/2017;

Sustentando a regularidade das medidas adotadas para conferir ampla divulgação às audiências públicas, por meio de conteúdo reunido à peça 20 dos autos, as autoridades municipais apresentaram vasta documentação, incluindo *links* de ambientes

virtuais, onde foram realizados debates e apresentações tratando das ações relacionadas ao sistema de estacionamento rotativo a ser implementado no Município de Nova Friburgo.

Examinando a questão, em peça de 03/06/2025, a Unidade Técnica reconheceu os esforços empreendidos pelas autoridades para dar cumprimento aos preceitos legais pertinentes, reconhecendo que:

A diversidade de canais utilizados e a amplitude da divulgação indicam que não houve omissão do dever de transparência. Ainda que a presença em tais eventos tenha sido predominantemente de servidores públicos, isso, por si só, não compromete a legalidade do processo, na ausência de comprovação de dolo ou ocultação intencional de informações.

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

Não merece reparos a análise dispensada pela Unidade Técnica, uma vez que o jurisdicionado comprovou a realização de diversas audiências, em datas distintas e canais diferenciados, por meio dos quais, a quaisquer interessados, foram disponibilizadas informações acerca das pretensões experimentadas pelas autoridades, quanto ao sistema de estacionamento rotativo a ser implementado.

Portanto, não assiste razão ao Denunciante quanto a este item.

(ii) não há justificativas para o modelo de locação adotado, pois, conforme se afirma, “*não consta do processo qualquer estudo técnico que compare o custo da locação com a aquisição dos equipamentos ou com outros modelos mais vantajosos, como a concessão onerosa com compartilhamento de receita*”, o que, em seu entendimento, caracterizaria “*afronta ao princípio da economicidade (art. 70 da CF/88; art. 2º da Lei nº 8.666/93 ou art. 11 da Lei nº 14.133/21)*, além do dever de motivação e justificativa dos atos administrativos com impacto orçamentário relevante”;

Quanto à modelagem adotada, as autoridades demonstraram que o Estudo Técnico Preliminar contemplou estudo comparativo entre diversas alternativas para a implantação do sistema de estacionamento rotativo, informando, ainda, que a hipótese de concessão onerosa não poderia ser aplicada, porque a Lei Orgânica Municipal determina o retorno integral das receitas aos cofres municipais.

Comparando as alegações do Denunciante com os argumentos articulados pelas autoridades municipais, a Unidade Técnica asseverou que a opção eleita se encontra devidamente motivada e, portanto, a escolha do modelo de contratação atende aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, reconhecendo que:

A análise comparativa entre os modelos disponíveis, acompanhada da demonstração de viabilidade e adequação ao arcabouço normativo local, caracteriza-se como suficiente para justificar a opção administrativa.

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

Mais uma vez a análise dispensada pela Unidade Técnica não demanda reparos, restando comprovado que o Estudo Técnico Preliminar avaliou diversas alternativas disponíveis, optando por aquela que se revelou mais vantajosa, consideradas as particularidades da cidade e do ordenamento jurídico aplicável ao caso.

Portanto, não assiste razão ao denunciante quanto a este item.

(ii) “o certame em análise não apresenta compatibilidade clara com os princípios estabelecidos na Lei Federal nº 12.587/2012, notadamente quanto à exigência de integração com um Plano de Mobilidade Urbana vigente, que é condição essencial para a implementação de qualquer política pública de mobilidade urbana de acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana”;

Dentre os esclarecimentos prestados, as autoridades municipais argumentam que o estacionamento rotativo consiste em ferramenta de democratização do espaço público, estímulo à rotatividade das vagas e mitigação dos congestionamentos no centro

urbano, aduzindo, ainda, que os serviços estariam expressamente previstos no Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana de Nova Friburgo, aprovado pela Lei Municipal nº 5.044/2024.

Examinando as justificativas apresentadas, a Unidade Técnica assevera que a implantação de instrumentos de ordenamento do tráfego, como o estacionamento rotativo, constitui exigência da Política Nacional de Mobilidade Urbana, senão vejamos:

A inclusão expressa dessa ação no Plano aprovado demonstra a aderência do projeto à legislação vigente, bem como a consonância com os objetivos da mobilidade sustentável.”

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

O contexto está a demonstrar que a licitação pretendida se destina a organizar o aproveitamento do espaço público, por meio do gerenciamento do uso de vagas em áreas urbanas, guardando compatibilidade com o Plano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana de Nova Friburgo, aprovado pela Lei Municipal nº 5.044/2024, em simetria com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.587/2012.

Portanto, também neste item, não assiste razão ao denunciante.

(iv) a licitação combatida representa “afronta à Lei Orgânica Municipal (Lei Orgânica Municipal — Câmara Municipal de Nova Friburgo), especialmente ao art. 133, que exige a vinculação das receitas oriundas da exploração de espaços públicos - como no caso do estacionamento rotativo - ao Fundo Municipal de Mobilidade Urbana ou a outra destinação pública específica, o que não se encontra claramente previsto nos documentos do certame”;

Com a finalidade de esclarecer a dúvida suscitada, as autoridades informam que serão integralmente revertidas aos cofres municipais as receitas decorrentes da operação do estacionamento rotativo, de acordo com previsão estabelecida no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, informando, ainda, que o fato do certame ser

conduzido a partir de requisição do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana constituiria uma demonstração de vinculação de receitas.

Acerca das receitas, a Unidade Técnica argumenta que a existência de legislação municipal tratando do tema garante regularidade para o fluxo financeiro da operação. Ademais, encontrando-se o Fundo Municipal como unidade requisitante, reputar-se-ia afastada a pertinência das alegações do Denunciante, senão vejamos:

A análise da defesa apresentada pela Prefeitura permite constatar que houve manifestação expressa sobre o ponto, com referência direta ao Termo de Referência e ao Estudo Técnico Preliminar como instrumentos que asseguram a reversão integral das receitas ao Município, com vinculação ao respectivo Fundo.

Ainda que o edital não contenha cláusula destacada e autônoma tratando exclusivamente da destinação das receitas ao fundo mencionado, o fato de o Fundo constar como unidade requisitante da contratação, associado à existência de legislação municipal específica em vigor, permite afastar a plausibilidade da alegação de irregularidade imediata.

Dessa forma, não se vislumbra demonstração suficiente de risco iminente ou ilegalidade manifesta capaz de justificar a concessão de medida cautelar.

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

Examinando criteriosamente o caderno administrativo da contratação, tendo em vista a adequada compreensão acerca do fluxo financeiro dos recursos decorrentes da exploração do sistema de estacionamento rotativo, é possível verificar que as receitas devem contribuir para a mobilidade urbana, de acordo com o item 2.2.5 do Termo de Referência, vejamos:

2.2.5 Complementarmente, conforme já exposto nos Estudos Técnicos Preliminares, o modelo de gestão e operação direta do rotativo pelo Município de NOVA FRIBURGO, bem como a receita obtida com essa operação, deve contribuir inclusive como ferramenta de incentivo e fonte de renda subsidiária para a mobilidade, gerando importante benefício social à cidade.

O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, é mais detalhado ao tratar do tema, apresentando uma seção que delineia a forma de utilização dos recursos provenientes da operação do sistema, vejamos:

5. Necessidade de Ordenamento, Otimização e Geração de Receita:

- A implantação do Novo Estacionamento Rotativo se apresenta como uma solução para os problemas acima mencionados, promovendo o ordenamento do sistema de estacionamento, a otimização do espaço público e a geração de receita para o município.
- A rotatividade de vagas garantida pelo sistema democratiza o acesso aos espaços de estacionamento, beneficiando o comércio local, a fluidez do trânsito e a segurança viária.
- A receita gerada pela cobrança da tarifa de estacionamento pode ser utilizada para investimentos em melhorias na infraestrutura urbana, no transporte público e em outras áreas prioritárias para o desenvolvimento do município.

Conclusão:

Diante dos desafios impostos pelo crescimento da frota veicular e pela demanda por vagas de estacionamento em Nova Friburgo, a implantação do Novo Estacionamento Rotativo surge como uma medida necessária para a gestão eficiente do espaço público, a organização do trânsito, a promoção da segurança viária e o desenvolvimento econômico do município. O sistema de estacionamento rotativo pago contribui para a democratização do acesso às vagas, a redução dos congestionamentos, a melhoria da qualidade de vida da população e a geração de receita para investimentos em benefício da cidade.

Cumprе destacar que a implantação do estacionamento rotativo é uma das metas do Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade Urbana (Lei Municipal nº5.044 de 2024) em seu Art.22, III.

Ao descrever a solução como um todo, o Estudo Técnico Preliminar ratifica a informação, dando conta de que a receita da operação dos serviços será revertida para o Município de Nova Friburgo, senão vejamos:

1. Linha de Ação Proposta

Este contempla informações técnicas e diretrizes para a operação do estacionamento rotativo de Nova Friburgo pelo próprio Município, no contexto de um **modelo de locação da tecnologia com prestação de serviços**.

O presente estudo tem como base para seus quantitativos o conceito de uma operação de autoatendimento, e adequação dessa tecnologia em relação ao quantitativo de vagas plenas potenciais de Nova Friburgo – 3.384 vagas. Neste sentido, toda a operação do estacionamento rotativo, bem como a tecnologia empregados para a fiscalização, é responsabilidade da Contratada, tal qual faria uma concessionária, **mas com toda receita revertida para o Município de Nova Friburgo**, sendo a contratada remunerada pelos serviços prestados.

Complementarmente, a gestão e operação direta do rotativo pelo Município de Nova Friburgo, bem como a maior receita obtida com essa operação, deve contribuir não apenas para melhoria da democratização do uso do espaço público (mais rotatividade), mas inclusive como ferramenta de incentivo e fonte de renda subsidiária para políticas de mobilidade da cidade.

Ao comparar a modelagem proposta com alternativas possíveis, o Estudo Técnico Preliminar reforça que a destinação das receitas deve observar o disposto no inc. XIII, art. 55 da Lei Orgânica Municipal, *ipsis litteris*:

Portanto, o modelo de locação resulta o mais interessante para atender o interesse público, bem como ao que determina o Art.55, XIII, C da Lei Orgânica Municipal, no que diz respeito à necessidade de a receita primária bruta deve ser remetida aos cofres municipais.

Por fim, ao discorrer sobre os resultados pretendidos, o Estudo Técnico Preliminar demonstra que a implantação do sistema tem potencial para gerar nova receita para os cofres municipais, vejamos:

| |
|---|
| 10. DEMOSNTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO: |
| A implantação e operação do sistema de estacionamento rotativo pago em Nova Friburgo trará os seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none">• Economicidade: Geração de nova receita para o município, com a cobrança de tarifa pelo uso das vagas de estacionamento. |

Pelas razões expostas, claro esta que não assiste razão ao Denunciante quanto a este item.

(v) “não consta nos anexos técnicos qualquer análise de impacto econômico ou social da implantação do estacionamento rotativo, especialmente quanto aos efeitos sobre o comércio local, sobre os moradores de bairros afetados sem garagem e sobre a população economicamente vulnerável”, acrescentando, ainda, que a “ausência desses dados compromete a avaliação real do interesse público”;

Sustentando a regularidade da intervenção pretendida, as autoridades esclarecem que um estudo socioeconômico detalhado integra o Estudo Técnico Preliminar, onde foram demonstrados os benefícios decorrentes do melhor aproveitamento do espaço público urbano, com a perspectiva de rotatividade na utilização das vagas, contribuindo para a fluidez do trânsito e favorecendo o acesso às instalações comerciais.

A Unidade Técnica reconheceu a pertinência dos argumentos articulados pelas autoridades municipais, admitindo que foram consideradas, no ETP, as variáveis socioeconômicas envolvidas, *ipsis litteris*:

A análise prévia de impacto é exigência inerente ao dever de planejamento e à boa gestão pública. A inclusão desse estudo no ETP confere validade aos atos preparatórios da contratação, sobretudo diante da demonstração de que foram consideradas as variáveis sociais e econômicas envolvidas.

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

A análise dispensada pela Unidade Técnica não demanda reparos, restando comprovado que o Estudo Técnico Preliminar avaliou os efeitos socioeconômicos da intervenção, ao contrário do que foi afirmado pelo Denunciante.

Portanto, não assiste razão ao Denunciante quanto a este item.

(vi) não foram estabelecidas “diretrizes claras quanto à reserva de vagas e à gratuidade de cobrança para pessoas com deficiência, idosos e veículos de saúde, o que viola diretamente dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (art. 181, XVII), do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)”;

Contestando a alegação suscitada pelo Denunciante, as autoridades esclareceram que o Termo de Referência adotou os percentuais previstos pela Resolução nº 965/2022 do CONTRAN, sendo 5% para idosos e 2% para PCDs. Em complemento, informam que as gratuidades serão disciplinadas por ato normativo do Poder Executivo, a partir de estudo de viabilidade a ser realizado.

Debruçando-se sobre o tema, a Unidade Técnica acolheu os esclarecimentos apresentados pelas autoridades municipais, vejamos:

A obrigação legal refere-se à reserva de vagas, e não à gratuidade automática. A previsão expressa de percentual de vagas, bem como a intenção de regulamentar eventuais benefícios tarifários, encontra amparo na legislação vigente.

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

Mais uma vez a análise dispensada pela Unidade Técnica não demanda reparos, restando comprovado que, seguindo as diretrizes de normativo editado pelo Contran, o caderno administrativo da contratação contempla previsão de reserva de vagas para idosos e pessoas com necessidades especiais.

Portanto, não assiste razão ao Denunciante quanto a este item.

(vii) “o modelo ora proposto atribui a empresas privadas a execução de atos típicos de poder de polícia administrativa, como a aplicação de multas e autuações, sem que haja previsão legal específica para tanto, o que representa possível violação ao princípio da indelegabilidade das funções indeclináveis do Estado.”

Sustentando a regularidade das regras estabelecidas no edital, as autoridades esclarecem que a contratada não irá exercer poder de polícia, tampouco disporá da prerrogativa para aplicação de multas ou sanções administrativas, restringindo-se sua atuação à gestão operacional e tecnológica do sistema de estacionamento rotativo, incluindo monitoramento eletrônico, venda de créditos e fiscalização automatizada.

Asseverando que o modelo adotado seguirá padrões semelhantes aos que foram implantados em outros municípios, as autoridades afirmam que, atuando com base nas informações produzidas pela plataforma gerenciada pela contratada, a aplicação de sanções continuará sob responsabilidade exclusiva dos agentes públicos municipais.

Acerca do tema, a Unidade Técnica não identificou no edital regra atribuindo à contratada a prerrogativa de exercer competências típicas de Estado. Confira-se:

A alegação de delegação indevida do poder de polícia à empresa privada demanda cautela quanto à sua análise, pois trata-se de matéria sensível relacionada à separação entre funções administrativas típicas e serviços auxiliares.

Conforme verificado, o modelo previsto no edital não atribui à contratada a competência para autuar, julgar ou aplicar sanções administrativas, atividades essas que, segundo a defesa, permanecem sob a titularidade do ente público. A empresa limitar-se-á à operação do sistema, fornecendo dados e ferramentas de fiscalização, cuja utilização efetiva dependerá de atuação de agentes públicos investidos de autoridade legal.

Ainda que a denúncia apresente preocupação legítima com a indelegabilidade do poder de polícia, não há nos autos elementos objetivos que demonstrem, de forma inequívoca, que o edital preveja, de fato, a transferência de competências típicas do Estado à iniciativa privada, tampouco que haja risco iminente de usurpação da função pública por particulares.

Dessa forma, a alegação não se revela apta, por si só, a justificar medida cautelar, sobretudo diante da manifestação expressa da Administração no sentido de que a execução de atos sancionatórios permanece sob a competência exclusiva do poder público.

Conclusão: Alegação insuscetível de amparar a concessão de tutela de urgência.

Em consulta ao caderno administrativo da contratação, não identifiquei previsão para a atribuição, a empresas privadas, da possibilidade de execução de atos típicos de poder de polícia administrativa, como a aplicação de multas e autuações. Ademais, reputo pertinentes os esclarecimentos apresentados pelas autoridades municipais, indicando que informações apresentadas pela contratada serão utilizadas por agentes públicos para justificar eventuais medidas punitivas ou corretivas, destinadas a reprimir ou prevenir o descumprimento das regras definidas para a utilização das vagas disponíveis nos espaços públicos.

Portanto, mais uma vez, não assiste razão ao Denunciante quanto a este item.

Além dos tópicos resumidos anteriormente, a Unidade Técnica também discorreu sobre aspectos abordados de forma subsidiária pelo Denunciante, tendo reconhecido: **(i)** a pertinência das regras definidas para fins de sanção pecuniária a ser aplicada aos proprietários de veículos que extrapolem o tempo de permanência nas vagas; **(ii)** ausência de indícios de sobrepreço na confecção e distribuição de folders informativos, uma vez que o Denunciante não apresentou elementos comparativos aptos a demonstrar a pertinência de suas alegações; e, **(iii)** existência de simetria entre as exigências de qualificação técnica definidas no ETP e no TR, dificultando a participação de empresas sem experiência comprovada nos serviços.

Contextualizando e sintetizando o que foi examinado anteriormente, **as contestações do Denunciante não merecem prosperar, razão pela qual decidir pelo indeferimento da tutela requerida e, no que concerne ao mérito, a improcedência dos argumentos apresentados, é medida pertinente e adequada, a exemplo do encaminhamento dado pela Unidade Técnica, que vem de ser ratificado pelo Ministério Público de Contas.**

- II -

**SUPOSTAS IRREGULARIDADES TRATADAS NA REPRESENTAÇÃO
TCE-RJ Nº 215.064-5/2025**

(i)a exigência de comprovação de experiência anterior, para efeitos de qualificação técnica-operacional dos licitantes, estabelecida nos itens 19.3, 19.4 e 19.4.11 do edital, mediante demonstração, em atestados, de execução de 50% dos itens eleitos como parcelas de maior relevância técnica, constitui restrição indevida, destacando, ainda, que a previsão editalícia favorece o direcionamento da “licitação para um grupo extremamente reduzido de participantes. Essa exigência contraria o princípio fundamental do processo licitatório, que é garantir a proposta mais vantajosa para a administração pública.”;

Sustentando a regularidade das exigências de qualificação estabelecidas, as autoridades buscam amparo na Súmula nº 13 do TCE-RJ, afirmando que teria sido observado o percentual de 50% das parcelas de maior relevância do objeto como limite, para fins de exigência de experiência anterior dos licitantes. Ademais, as autoridades argumentam que, nas lições de Marçal Justen Filho, a Administração teria poder discricionário para definir os parâmetros técnicos do objeto a ser licitado e que as exigências de qualificação estariam adstritas ao que se pretende contratar.

Por fim, alegam que a LOG1 Soluções Integradas EPP (ora Representante) teria participado da etapa de levantamento de preços realizada pela Administração, encontrando-se, portanto, em plenas condições de atendimento aos requisitos do edital.

Quanto aos requisitos de qualificação mencionados pelo edital, a Unidade Técnica considera plausíveis os argumentos articulados pela Representante, dada a especificidade das exigências definidas, que concorreriam para uma restrição na competitividade do certame, *ipsis litteris*:

À luz dos elementos constantes da inicial e dos fundamentos técnicos analisados, **verifica-se plausibilidade jurídica na alegação de restrição indevida à competitividade, em especial pela exigência de comprovação de experiência anterior com:**

- **Parquímetros multivaga do tipo multisserviço “indoor” com tela mínima de 24 polegadas,**
- **Quantitativos muito específicos, como 1.692 vagas e tipos determinados de equipamentos e aplicativos,**
- **Veículo de fiscalização com OCR, entre outros.**

A jurisprudência do TCU e deste Tribunal já assentou que a imposição de exigências desproporcionais ou que não guardam correlação com a efetiva complexidade do objeto pode configurar direcionamento do certame, **especialmente quando se observa que tais requisitos não se referem, de maneira evidente, às parcelas de maior relevância técnica do objeto, tampouco encontram justificativa técnica robusta no processo administrativo que originou o edital.**

É importante destacar que a mera conformidade quantitativa com a Súmula nº 13 do TCE-RJ (limite de 50%) **não exime o gestor do dever de motivar tecnicamente a escolha das parcelas relevantes, tampouco afasta o controle quanto ao efetivo impacto dessas exigências na restrição de potenciais licitantes.** O fato de o edital demandar experiência com tecnologia de parquímetros com características excessivamente específicas, sem que outros componentes igualmente importantes (como sinalização, software ou campanhas educativas) sejam considerados como parcelas relevantes, corrobora a tese de direcionamento. (g.n.)

Ainda que o mérito completo da controvérsia demande apuração probatória mais aprofundada, os elementos trazidos nos autos são suficientes, em sede de cognição sumária, para reconhecer a presença do *fumus boni iuris* (plausibilidade do direito) e do *periculum in mora* (risco de lesão irreparável à competitividade e à isonomia do certame).

Conclusão: A concessão da medida cautelar de suspensão do certame até o saneamento de eventuais irregularidades editalícias ou até que sejam melhor justificadas as razões que levaram a Prefeitura a impor tais restrições editalícias se mostra necessária e adequada, sob pena de comprometimento do caráter competitivo do procedimento licitatório e de eventual contratação viciada.

Examinando os esclarecimentos apresentados pelas autoridades municipais, é possível observar que orbitaram em torno da regularidade do percentual exigido dos licitantes para comprovar experiência anterior, nas parcelas eleitas. Contudo, examinando criteriosamente as alegações da Representante, verifica-se que sua irresignação se relaciona, a bem da verdade, **com a especificidade de cada um dos itens de serviço exigidos no edital**, senão vejamos:

O edital impõe uma restrição indevida à competitividade ao exigir, no subitem 19.4.1 do item 18, comprovação de experiência anterior que envolva a operação de 1.692 vagas, 36 parquímetros eletrônicos multivaga, 07 parquímetros eletrônicos multivaga do tipo multisserviço, 02 parquímetros multivaga "indoor" com tela mínima de 24 polegadas tipo multisserviço, aplicativos para smartphone (usuário), pontos de venda (PDV) e um veículo de fiscalização com OCR.

A exigência de comprovação de experiência com parquímetros tão específicos restringe indevidamente a concorrência, direcionando a licitação para um grupo extremamente reduzido de participantes. Essa exigência contraria o princípio fundamental do processo licitatório, que é garantir a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Além disso, fornecedores que já realizaram serviços com características idênticas podem ser inabilitados simplesmente por seus atestados de capacidade técnica não mencionarem expressamente a expressão "parquímetros indoor com tela mínima de 24 polegadas". No entanto, é evidente que o objeto em questão diz respeito a um sistema digital multivagas com emissão de bilhetes em tempo real, ou seja, a mesma tecnologia necessária para a execução do contrato.

A exigência de parquímetros eletrônicos multivaga do tipo multisserviço também representa um excesso de especificação, já que sua função é igual ou muito semelhante à de outros parquímetros eletrônicos multivaga. Essa diferenciação artificial tem o claro propósito de restringir a competição dentro do certame.

Ao limitar a comprovação de capacidade técnica apenas a requisitos extremamente específicos, o edital viola princípios licitatórios essenciais, como isonomia, ampla concorrência e competitividade, garantidos pelo artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Em complemento, a Representante aduz que outros itens de relevância igual ou superior não foram citados como requisito de qualificação técnica, tais como: **(i)** execução de campanha educativa, **(ii)** elaboração de projeto e implantação de sinalização vertical e **(iii)** licenciamento de *software*.

Nessa dinâmica, dada a especificidade dos itens de serviço definidos como parcelas de maior relevância, a exemplo do encaminhamento dado pela Unidade Técnica, com a anuência do Ministério Público de Contas, **reputo prudente a concessão da medida cautelar requerida, determinando-se a suspensão do certame na fase em que se encontra**, conferindo-se ao jurisdicionado, em cognição exauriente, a

oportunidade de demonstrar que os itens exigidos como parcelas de maior relevância não concorrerão para restringir indevidamente a competitividade do certame.

Assiste razão ao Representante quanto ao item, cabendo à Administração Municipal apresentar maiores esclarecimentos ou alterar as exigências para fins de qualificação técnica no edital objurgado.

(ii) a ausência da *“matriz de risco neste edital não apenas contraria a legislação vigente, mas também compromete a transparência e a isonomia do certame, favorecendo incertezas quanto às obrigações e riscos assumidos pelas partes.”*

Em defesa das regras editalícias, as autoridades municipais informam que o art. 22, §3º, da Lei Federal 14.133/2021 enumera as hipóteses em que a matriz de riscos seria obrigatória e que nenhuma delas guarda correspondência com o objeto pretendido na licitação.

Concordando com os argumentos articulados pelas autoridades municipais, a Unidade Técnica, consubstanciada no §3º do art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021, **registra que a matriz de riscos é obrigatória apenas em situações específicas, dentre as quais não se enquadra o objeto pretendido, senão vejamos:**

Não assiste razão à representante neste ponto.

Nos termos do §3º do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, a matriz de alocação de riscos é obrigatória somente nos casos de obras e serviços de grande vulto, contratação integrada ou semi-integrada, o que não se aplica ao caso em apreço. O objeto do edital trata-se de prestação de serviço continuado e operacional, sem as características excepcionais que ensejam a obrigatoriedade da matriz de riscos. Ademais, o caput do mesmo artigo prevê que o edital poderá conter matriz de alocação, e não que essa seja obrigatória em todos os casos.

Conclusão: A ausência de matriz de riscos não configura vício, tampouco enseja a concessão de medida cautelar, por ausência de previsão legal obrigatória aplicável à espécie.

Acerca da Matriz de Risco, o §3º do art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021⁵ é de clareza meridiana ao definir os casos em que sua formalização é obrigatória, não se encontrando, dentre eles, a exploração de estacionamento rotativo.

Portanto não assiste razão ao Representante quanto a este item.

- III -

**SUPOSTAS IRREGULARIDADES TRATADAS NA REPRESENTAÇÃO
TCE-RJ Nº 215.867-5/2025**

(i) ilegalidade da exigência de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica no CREA/CAU, prevista no item 19.3 do edital de Pregão Eletrônico 90041/2025, em suposta afronta ao estabelecido no art. 37, inciso XXI da CRFB/88 e no art. 5º da Lei 14.133/2021.

Em defesa da previsão contida no item 19.3 do Edital de Pregão Eletrônico 90041/2025, aduz o Chefe do Poder Executivo Municipal (Documento TCE-RJ nº 13338-4/2025 - #5809058), em estreita síntese, que *“a exigência de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica no CREA/CAU não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, segundo reza o artigo 67 §1º da Lei 14.133/21.”*

Nada obstante disso, por intermédio dos elementos contidos no Documento TCE-RJ nº 013338-4/2025 (#5809063), o Secretário de Mobilidade e Urbanismo de Nova Friburgo, a fim de justificar a conformidade da exigência questionada com a Lei de Regência (art. 67, Lei 14.133/2021), apresentou os seguintes esclarecimentos:

⁵ Art. 22. O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.

(...)

§ 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

O Edital em referência prevê a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mobilidade urbana por meio de uma plataforma integrada de gestão do estacionamento rotativo, que compreende, entre outros elementos:

- Instalação, operação e manutenção de parquímetros multivaga e multisserviço;
- Implantação de terminais de autoatendimento;
- Execução de fiscalização embarcada veicular com câmeras e leitura de placas;
- Fornecimento de softwares de controle e fiscalização;
- Instalação e integração de equipamentos de suporte em área pública;
- Infraestrutura para rede de comunicação e energia associada aos sistemas implantados.

Embora a solução licitada envolva componentes tecnológicos e digitais, a execução prática do serviço exige a realização de atividades técnicas diretamente vinculadas à engenharia, especialmente nas áreas de engenharia elétrica, engenharia de telecomunicações, engenharia de computação, engenharia civil e engenharia de transportes.

Dentre essas atividades, destacam-se:

1. Elaboração de projeto técnico executivo de instalação dos equipamentos nas vias públicas, respeitando normas de acessibilidade, sinalização viária e segurança operacional;
2. Execução de infraestrutura elétrica e lógica para interligação dos dispositivos (parquímetros, sensores, câmeras, etc.);
3. Fixação e ancoragem de equipamentos ao solo urbano, com possível intervenção em calçadas, postes ou mobiliário público;
4. Intervenções em pavimentação ou mobiliário urbano, inclusive com utilização de ferramentas e métodos técnicos próprios da engenharia civil;
5. Monitoramento técnico da operação por meio de sistemas integrados, exigindo atuação de profissionais capacitados na engenharia de computação ou automação.

A execução segura, eficiente e tecnicamente adequada desses serviços pressupõe a atuação de profissional legalmente habilitado e a vinculação da empresa ao conselho profissional competente, nos termos da Lei Federal nº 5.194/1966 e das resoluções do CONFEA/CREA.

A Secretaria de Mobilidade e Urbanismo entende que a prestação dos serviços previstos no edital em apreço não pode ser realizada

de maneira regular sem a interveniência de atividade técnica de engenharia. Portanto, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 59 da Lei nº 5.194/1966, é plenamente justificada a exigência de que a empresa contratada esteja regularmente registrada no CREA ou CAU, conforme o caso.

Tal exigência não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para garantir a regularidade e a responsabilidade técnica na execução dos serviços, além de permitir a atuação fiscalizatória dos respectivos conselhos profissionais, conforme determina o ordenamento jurídico.

Acerca da alegada irregularidade, em que pese não tenha havido análise da Unidade Instrutiva acerca dos respectivos esclarecimentos prestados, entendo, em sede de cognição sumária, que não se acham presentes os requisitos necessários à concessão da tutela requerida (probabilidade do direito e *periculum in mora*), haja vista que, na esteira de jurisprudência desta Corte, a exigência de registro de atestado de capacidade técnica da pessoa jurídica (CAO) no Conselho profissional competente (CREA/CAU) encontra amparo no art. 67, inc. II da Lei 14.133/2021 e, bem assim, no art. 53 da Resolução CONFEA 1.137 de 31/03/2023.

Confira-se, nesse sentido, *exempli gratia*, o entendimento contido na decisão plenária de 19/02/2025 (Acórdão Nº 005005/2025-PLEN), prolatada nos autos do processo TCE-RJ nº 111.355-9/2024; e 17/03/2025 (Acórdão Nº 007077/2025-PLENV), proferida nos autos do processo TCE-RJ nº 224.006-6/2024:

Analisando os argumentos articulados pelos agentes públicos, a operosa CAD-Mobilidade destaca que:

(i) o item 4.7 do Anexo X do edital estabelece exigência de que os atestados apresentados, para fins de comprovação da experiência anterior dos licitantes, contemplem a devida averbação no CREA e ou CAU, limitadas às parcelas de maior relevância; e,

(ii) o inciso II do art. 67 da Nova Lei de Licitações, confere ao ente público a prerrogativa de exigir dos licitantes a apresentação de certidões ou atestados emitidos pelo conselho profissional competente, para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, destacando, ainda, o estabelecido na Resolução CONFEA nº1.137/2023, que, em seu art. 53, regulamenta a obtenção do Certificado de Acervo Operacional para pessoas jurídicas.

[...]

A partir do que foi exposto, algumas observações se fazem necessárias.

Em primeiro lugar, reputo relevante consignar que a exigência contida no item 4.7 do Edital trata, inquestionavelmente, **na forma em que redigida** (*“prova de possuir no Acervo Técnico da Empresa, atestado(s) [...] averbados pelo CREA e/ou CAU”*), de exigência para efeitos de comprovação de experiência anterior **sob o aspecto da capacidade técnico-operacional, ou seja, da empresa**, a despeito de não se referir à “Certidão de Acervo Operacional” de que trata o art. 53 da Resolução CONFEA 1.137 de 31/03/2023, concebido em atenção ao disposto no art. 67, inc. II da Lei 14.133/2021, ambos, abaixo reproduzidos, respectivamente:

Resolução CONFEA 1.137 de 31/03/2023

Seção II Da Emissão de Certidão de Acervo Operacional
– CAO.

Art. 53. A Certidão de Acervo Operacional - CAO é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do(s) Creas, o registro da(s) anotação(ções) de responsabilidade técnica (ART) registrada(s).

Art. 54. A CAO deve ser requerida ao Crea pela pessoa jurídica por meio de formulário próprio, conforme o Anexo VI.

Art. 55. A CAO, emitida em nome da empresa conforme o Anexo V, deve conter as seguintes informações:

Lei 14.133/2021

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional** na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Registre-se, por relevante, que a **Resolução CONFEA anterior (nº 1.025/2009) tratava, em seu art. 55, apenas da Certidão de Acervo Profissional (CAT)**, mas não previa emissão de qualquer documento em nome de pessoas jurídicas. Assim, a inovação introduzida pela Resolução CONFEA nº 1.137/2023 se encontra em perfeita sintonia com a previsão contida no inciso II do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, ao estabelecer a hipótese de ser exigida dos licitantes uma certidão (CAO), emitida por conselho

profissional, em nome da pessoa jurídica, que certifique “*para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do(s) Creas, o registro da(s) anotação(ões) de responsabilidade técnica (ART) registrada(s).*”

Na esteira do até aqui exposto, já é possível notar que **as alegações da Representante não procedem**, ante à verificação de conformidade da previsão estabelecida no item 4.7 do edital com a Lei de Regência (art. 67, II, Lei 14.133/2021) e o normativo infralegal incidente (Resolução CONFEA 1137/2023).

(Processo TCERJ 111.355-9/2024, Decisão de 19/02/2025)

(destacado no original)

Ademais, caso haja interesse da Administração Municipal na confecção de novo instrumento convocatório, destaco a necessidade de atendimento ao art. 53 da Resolução 1.137/2023 do CONFEA, que trata da emissão da CAO - Certidão de Acervo Profissional, cuja finalidade é comprovar a qualificação técnica-operacional da sociedade empresária para a execução de determinada atividade, cabendo assinalar, por oportuno, que a referida norma infralegal se harmoniza com o art. 67, inc. II do art. 14.133/2021.

(Processo TCERJ 224.006-6/2024, Decisão de 17/03/2025)

(ii) possível exorbitância e especificidade excessiva dos itens eleitos como parcelas de maior relevância técnica, estipulado no item 19.4.1 do edital, em afronta ao estabelecido no art. 67, inc. II da Lei 14.133/2021, alegando, ainda, que a referida irregularidade favorece o direcionamento da disputa.

No que concerne aos questionamentos em epígrafe, o Jurisdicionado se utiliza dos mesmos argumentos apresentados em face da irregularidade examinada no item I⁶ do tópico precedente, relativa ao processo TCE-RJ nº 215.064-5/2025 - que converge com aquela que ora se examina -, sustentando a regularidade das exigências questionadas, consubstanciando-se, basicamente, nos enunciados de Súmula 13 do TCERJ e do enunciado de Súmula 263 do TCU.

(i) a exigência de comprovação de experiência anterior, para efeitos de qualificação técnica-operacional dos licitantes, estabelecida nos itens 19.3, 19.4 e 19.4.11 do edital, mediante demonstração, em atestados, de execução de 50% dos itens eleitos como parcelas de maior relevância técnica, constitui restrição indevida, destacando, ainda, que a previsão editalícia favorece o direcionamento da “licitação para um grupo extremamente reduzido de participantes. Essa exigência contraria o princípio fundamental do processo licitatório, que é garantir a proposta mais vantajosa para a administração pública.”;

O Corpo Técnico, após constatar que tais argumentos já haviam sido devidamente enfrentados e afastados por ocasião de sua análise empreendida nos autos do processo TCE-RJ nº 215.064-5/2025, **reafirma a necessidade de concessão da tutela requerida**, ante à presença de plausibilidade das alegações e do *periculum in mora*, advindo da exigência de comprovação de experiência em itens, eleitos como parcela de maior relevância técnica, de natureza excessivamente específica e restritiva à competitividade, vejamos:

No bojo do processo TCERJ nº 215.064-5/2025, assim se posicionou a CAD-Mobilidade:

“Diante do exposto, conclui-se que:

A exigência de comprovação de experiência com itens de natureza excessivamente específica e restritiva compromete, em sede de cognição sumária, o caráter competitivo do certame, revelando-se como potencial violação aos princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa, insculpidos na Lei nº 14.133/2021;

As justificativas apresentadas pela Administração não afastam, neste momento processual, a plausibilidade das alegações constantes na representação, notadamente no que tange à ausência de motivação técnica suficiente para as escolhas realizadas no edital quanto às parcelas consideradas de maior relevância;

No tocante à alegação de ausência de matriz de riscos, verifica-se que, à luz do §3º do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, não há obrigatoriedade legal de sua inclusão no presente certame, não configurando vício suficiente para fins de concessão de medida cautelar com base nesse ponto.

Em razão da potencial lesividade das cláusulas editalícias sobre a competitividade do certame, recomenda-se a concessão da medida cautelar, a fim de:

- Suspende o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, caso ainda não realizado; ou,*
- Impedir a assinatura do contrato, caso o certame já tenha sido concluído e adjudicado.*

A medida cautelar deverá permanecer vigente até o julgamento final do mérito da presente representação, assegurando que a matéria seja analisada com a devida profundidade e garantindo-se, até lá, a integridade e legalidade do procedimento licitatório.”

A representação em tela, formulada pela empresa Mobitt – Mobilidade inteligente também questiona a legalidade do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, apontando, entre outros pontos, que **os critérios de qualificação técnico-operacional estabelecidos no edital configuram restrição indevida à competitividade e direcionamento da licitação.**

Em resposta, o município de Nova Friburgo sustenta a legalidade do edital, ancorando-se na Súmula nº 13 do TCE-RJ, ao afirmar

que as exigências de qualificação técnica estariam limitadas a 50% das parcelas de maior relevância do objeto e, portanto, conformes à jurisprudência vigente. Também nega a obrigatoriedade da inclusão de matriz de riscos, alegando que o contrato não se insere nas hipóteses previstas no §3º do art. 22 da Lei nº 14.133/2021 (contratação integrada, semi-integrada ou serviços de grande vulto).

À luz dos elementos constantes da inicial e dos fundamentos técnicos analisados, verifica-se plausibilidade jurídica na alegação de restrição indevida à competitividade, em especial pela exigência de comprovação de experiência anterior com:

- Parquímetros multivaga do tipo multisserviço “indoor” com tela mínima de 24 polegadas,
- Quantitativos muito específicos, como exatos 7 equipamentos multivaga multisserviço e tipos determinados de equipamentos e aplicativos,

Além disso, há a falta de clareza sobre eventuais possibilidades de sobreposição de funcionalidade entre os equipamentos exigidos.

A jurisprudência do TCU e deste Tribunal já assentou que a imposição de exigências desproporcionais ou que não guardam correlação com a efetiva complexidade do objeto pode configurar direcionamento do certame, especialmente quando se observa que tais requisitos não se referem, de maneira evidente, às parcelas de maior relevância técnica do objeto, tampouco encontram justificativa técnica robusta no processo administrativo que originou o edital.

É importante destacar que a mera conformidade quantitativa com a Súmula nº 13 do TCE-RJ (limite de 50%) **não exime o gestor do dever de motivar tecnicamente a escolha das parcelas relevantes, tampouco afasta o controle quanto ao efetivo impacto dessas exigências na restrição de potenciais licitantes. O fato de o edital demandar experiência com tecnologia de parquímetros com características excessivamente específicas, sem que outros componentes igualmente importantes (como sinalização, software ou campanhas educativas) sejam considerados como parcelas relevantes, corrobora a tese de direcionamento.** (g.n.)

Ainda que o mérito completo da controvérsia demande apuração probatória mais aprofundada, os elementos trazidos nos autos são suficientes, em sede de cognição sumária, para reconhecer a presença do *fumus boni iuris* (plausibilidade do direito) e do *periculum in mora* (risco de lesão irreparável à competitividade e à isonomia do certame).

Na esteira do exposto, tendo em conta a especificidade dos itens de serviço definidos como parcelas de maior relevância, sem a devida justificativa, **reputo prudente a concessão da medida cautelar requerida, determinando-se a**

suspensão do certame na fase em que se encontra, conferindo-se ao jurisdicionado, em cognição exauriente, a oportunidade de demonstrar que os itens exigidos como parcelas de maior relevância não concorrerão para restringir indevidamente a competitividade do certame.

- III -
CONSIDERAÇÕES EM SEDE DE RELATORIA

De acordo com o que foi abordado, tanto a denúncia quanto as representações ora examinadas cumprem os requisitos de admissibilidade, bem como os pressupostos de legitimidade exigidos pelo RITCERJ, razão por que merecem ser conhecidas.

Conforme demonstrado, as supostas irregularidades apontadas na denúncia não se confirmaram, razão pela qual, portanto, não merecem acolhimento, **o que motiva, desde já, a declaração de sua improcedência**. Não obstante, no caso das representações, os itens definidos como sendo parcelas de maior relevância, para fins de qualificação técnico-operacional dos licitantes, revelam uma especificidade que poderá concorrer para a restrição indevida da competitividade da licitação, justificando-se, assim, **a concessão da cautelar pleiteada, determinando-se a suspensão do certame na fase em que se encontra**, além de comunicação ao jurisdicionado para que, em cognição exauriente, apresente justificativas que demonstrem a necessidade e pertinência das exigências para fins de comprovação da expertise dos interessados.

Por fim, porém não menos importante, reputo necessária a desapensação do processo TCE-RJ nº 215.867-5/2025, com vista à sua ulterior apensação aos autos do processo TCE-RJ nº 215.064-5/2025, que passará a ostentar, a partir desta decisão, a qualidade de processo principal deste conjunto processual, que terá como anexo o processo TCE-RJ nº 214.876-9/2025.

Pelas razões até aqui expostas, posiciono-me **parcialmente de acordo** com o encaminhamento apresentado pela CAD- MOBILIDADE e com o parecer do Ministério Público de Contas, residindo a minha divergência, tão somente, no que se refere ao acréscimo de providências relativas ao relacionamento dos feitos examinados nesta ocasião, conforme pontuado no parágrafo anterior. Assim sendo,

VOTO:

I. Pela MANUTENÇÃO DO CARÁTER SIGILOSO quanto à autoria (cidadão) da denúncia autuada como **processo TCE-RJ nº 214.876-9/2025**, com fundamento no artigo 60, § 1º, da Lei Complementar nº 63/1990 c/c o artigo 105 do Regimento Internos do TCE-RJ (RITCERJ);

II. Pelo CONHECIMENTO da denúncia autuada como **processo TCE-RJ nº 214.876-9/2025**, por estarem presentes os pressupostos de legitimidade, bem como os requisitos de admissibilidade exigidos pelos artigos 103 e 104 do RITCERJ;

III. Pelo INDEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA requerida no **processo TCE-RJ nº 214.876-9/2025**, conforme razões declinadas neste Voto e, bem assim, na peça instrutória do Corpo Técnico desta Corte, ambos disponíveis no *site* oficial desta Corte na internet;

IV. Pela IMPROCEDÊNCIA da denúncia consubstanciada no **processo TCE-RJ nº 214.876-9/2025**, quanto ao mérito, ante à ausência de elementos que evidenciem a pertinência das alegações apresentadas na exordial;

V. Pela COMUNICAÇÃO aos denunciantes, na forma do inc. I do art. 15 c/c o art. 106, ambos do RITCERJ, dando-lhes ciência acerca da decisão desta Corte;

VI. Pelo CONHECIMENTO das representações versadas nos autos dos **processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025**, porquanto revestidas

dos pressupostos de legitimidade, bem como dos requisitos de admissibilidade exigidos pelos artigos 108 e 109 do RITCERJ;

VII. Pela CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA requerida nos **processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025**, determinando-se ao Jurisdicionado que suspenda o certame na fase em que se encontra, abstendo-se de efetuar qualquer contratação proveniente do Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, até a decisão de mérito a ser adotada nos citados processos;

VIII. Pela COMUNICAÇÃO ao Chefe do Executivo Municipal de Nova Friburgo, com fundamento no inc. I, do art. 15 do RITCERJ c/c inc. I, do art. 1º da Deliberação TCE-RJ nº 346/2024, para que, **no prazo de 15 (quinze) quinze dias**, se manifeste, de forma exauriente, quanto à impropriedade levantada nas referidas representações (**processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025**), acerca de eventual restrição de competitividade no bojo do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.041/2025, em razão da especificidade dos requisitos de qualificação técnico-operacional exigidos para fins de qualificação dos licitantes, descritas no item 19.4.1. do edital, conforme apresentado a seguir:

“19.4.1 Implantação e operação de sistema de estacionamento rotativo público (em vias públicas), que contemple a operação de 1.692 vagas, 36 (trinta e seis) parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, 07 (sete) parquímetros eletrônicos multivaga do tipo multisserviço, 02 parquímetros multivaga "indoor" com tela mínima de 24 polegadas tipo multisserviço, aplicativos para smartphone - usuário, pontos de venda (PDV) e 01 (um) veículo de fiscalização com OCR, quantitativos equivalentes a 50% do quantitativo total estabelecido”.

IX. Pela COMUNICAÇÃO aos Representantes, com fundamento no inc. I do art. 15 c/c o art. 110, ambos do RITCERJ, dando-lhes ciência acerca desta decisão;

X. Pela DESAPENSAÇÃO dos Processos TCE-RJ nº 215.064-5/2025 e nº 215.867-5/2025 destes autos;

XI. Pela **ANEXAÇÃO** da presente Denúncia ao Processo TCE-RJ nº 215.064-5/2025, que passará a tramitar como principal;

XII. Pela **APENSAÇÃO** do processo TCE-RJ nº 215.867-5/2025 aos autos do processo TCE-RJ nº 215.064-5/2025.

GCTPG,

THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES
CONSELHEIRO RELATOR
Documento assinado digitalmente